

PUC
RIO

Monografia de Final de Curso PAEG: Objetivos e Resultados

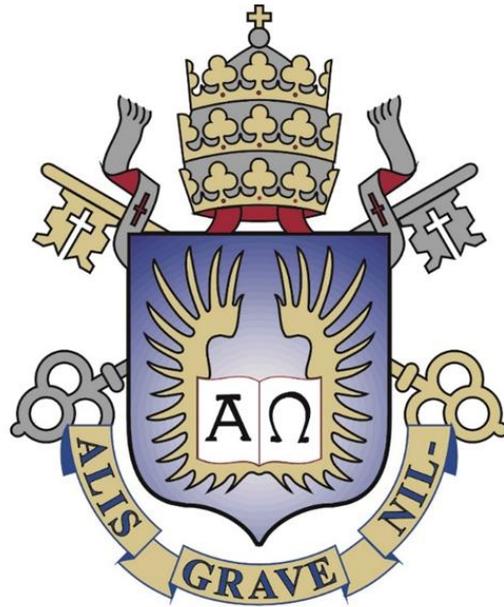
Marcos Thiago G Migueis

Matrícula: 1311414

Professor Orientador: Roberto Simonard

Professor Tutor: Marcio Garcia

Novembro 2015



PUC
RIO

Monografia de Final de Curso PAEG: Objetivos e Resultados

Marcos Thiago G Migueis

Matrícula: 1311414

Professor Orientador: Roberto Simonard

Professor Tutor: Marcio Garcia

Novembro 2015

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Marcos Migueis

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

Sumário

1 Introdução	7
2 Contexto Histórico do PAEG	8
2.1 JK a Jango: Radicalização política e instabilidade econômica	8
2.2 O plano Trienal e a Ruptura de 1964	10
3 Diagnóstico e Objetivos do PAEG	14
3.1 Interpretando a Conjuntura	14
3.2 A necessidade de retomar o crescimento	15
4 As reformas Estruturais	16
4.1 Reforma Tributária	16
4.2 Reforma Financeira	19
5 Resultados do PAEG	23
5.1 Crescimento de 1968 – 1973	23
5.2 BNH e crescimento urbano	26
5.3 ORTN e a “Inércia Inflacionária”	28
6 Conclusão	30
Bibliografia	32

Tabelas

Tabela 1: Indicadores do Plano de Metas	8
Tabela 2: Indicadores Macroeconômicos 1961-1964	13
Tabela 3: Metas do PAEG	15
Tabela 4: Déficit Público de 1960 – 1966	22
Tabela 5: Salário Mínimo Real da Cidade do Rio de Janeiro	23
Tabela 6: Indicadores do crescimento entre 1968 e 1973	26
Tabela 7: Trajetória da Inflação 1974 – 1982	30

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Roberto Simonard não apenas por me orientar nesse trabalho, mas pelo curso de Economia Brasileira contemporânea II, que me motivou a estudar mais o PAEG. Ao Professor Marcelo de Paiva Abreu, pelo curso de Economia Brasileira Contemporânea I, que despertou um interesse enorme sobre a história da economia Brasileira. A todos os demais mestres, que ao longo dessa jornada, contribuíram para minha formação, minha família por todo o amor e apoio de sempre e aos meus colegas formandos, em especial: Daniel Sá Earp, Leonardo Blasi, Matheus D Amico e Leo Cavalcante, pela amizade e por compartilharem as angústias e vitórias ao longo de toda a graduação.

1 Introdução

A seguinte Monografia terá como objetivo expor o Programa de Ação Econômica do Governo, de 1964. Suas motivações, reformas estruturais pelas quais a Economia Nacional passou e alguns resultados do PAEG.

Na sessão dois, haverá uma contextualização histórica assim como um breve resumo das circunstâncias econômicas ao longo dos anos 1950-1960. Nessa altura, o trabalho procura correlacionar os fatos políticos com as circunstâncias de política econômica. Esse tópico fala ainda do plano trienal, um plano econômico anterior ao PAEG que culminou com a ruptura político institucional de 1964.

Na sessão três será mostrado como os formuladores do PAEG compreenderam os principais indicadores macroeconômicos do período e qual a estratégia de resolver a crise. Ao longo desse capítulo a questão política das decisões voltará a aparecer quando for debatida a necessidade de retomada do crescimento pós 1964. A quarta sessão apresentará as reformas: Tributária e financeira. Sendo cada uma um tópico do capítulo. A ideia central é apresentar os objetivos modernizadores das reformas e os motivos pelos quais elas foram implementadas.

Por fim, a quinta sessão do trabalho procura explorar resultados do PAEG. Desde os mais imediatos, como o acelerado crescimento econômico nos anos que sucederam o Programa, até os de longo prazo, como a urbanização das cidades e o efeito da indexação na inflação doméstica.

2 Contexto Histórico do PAEG

2.1 JK a Jango: Radicalização política e instabilidade econômica.

O período anterior à realização do Programa de Ação Econômica do Governo é marcado pela completa instabilidade política. A compreensão desse cenário é fundamental para uma análise mais conclusiva do PAEG. O objetivo desse capítulo é estabelecer uma ponte entre a radicalização política, a desordem econômica e social que culminou no Golpe Militar de 1964 e a necessidade, por parte do Governo Militar, da implementação de um plano de estabilização: o PAEG.

A década de 1950 no Brasil termina com a Economia crescendo num ritmo acelerado. Os índices de crescimento do PIB foram sustentados pelo setor industrial que apresentou expressivos resultados em função do Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. No entanto, os elevados gastos associados ao Plano de Metas, a deterioração dos termos de troca da moeda brasileira causados pela emissão de moeda deixou um elevado déficit financeiro e uma inflação crescente. A Tabela 1 abaixo expõe alguns indicadores macroeconômicos do período JK.

Tabela 1. Indicadores Plano de Metas:

	1957	1958	1959	1960
Produto Interno Bruto (%)	7,7	10,8	9,8	9,4
Produto Industrial (%)	5,4	16,8	12,9	10,6
Meios de Pagamento (%)	32,1	23,0	42,9	38,8
Inflação – IGP [Dez. /Dez. (%)]	7,0	24,4	39,4	30,5

Fonte: Inflação, “apêndice estatístico”, in: Barros de Castro, Lavínia; Giambiagi, Fabio; Hermann, Jennifer; Villela, André. **Economia Brasileira contemporânea [1945 – 2010]**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Produto Interno Bruto, Produto Industrial, Meios de Pagamento, “apêndice estatístico”, in: “Abreu, M. de P. (Org.) **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**, Rio de Janeiro: Campus, 2014.”

Os custos do Plano de Metas e uma série de denúncias de corrupção feitas por opositoristas levou à derrota da chapa governista - formada pelo Marechal Henrique Teixeira Lott (PSD) e João Belchior Marques Goulart (PTB) - nas eleições presidenciais de 1960. A legislação eleitoral estabelecia que as votações para presidente e vice deveriam ser feitas separadamente. Consequentemente, ainda que a população tenha escolhido o opositorista Jânio Quadros (PTN) como Presidente da República na chapa que contava com o apoio da UDN - principal partido de oposição, o PTB sai vitorioso na eleição para vice-presidente com João Goulart. Essa peculiaridade da legislação eleitoral terá um impacto determinante no rumo das políticas econômicas, como será exposto mais a frente.

Jânio Quadros se torna presidente no dia 31 de janeiro de 1961 e logo procura combater os desequilíbrios macroeconômicos herdados do plano de metas: inflação elevada, dívida externa e balanço de pagamentos deficitário. Dessa forma reduz subsídios (o que ajuda a diminuir o déficit governamental), diminui a oferta de crédito e congela os salários do funcionalismo público.

É possível caracterizar essa série de medidas, cujo objetivo principal objetivo era a redução das despesas do setor público, como pertencentes à ortodoxia econômica do período. No entanto, inesperadamente, no dia 25 de agosto de 1961 Jânio renuncia à Presidência da República, apenas sete meses após sua posse.

A constituição de 1946 deixava claro que com a renúncia do presidente o cargo deveria ser oferecido ao Vice – no caso, João Goulart. Conhecido como Jango, o Vice-Presidente foi Ministro do Trabalho no Governo Vargas entre 18 de Junho de 1953 e 23 de Fevereiro de 1954. Além disso, tinha proximidade com sindicatos e com outros movimentos sociais. Jango, portanto, era um político que desagradava muito a oposição, principalmente a UDN, que por sete meses estava no poder. Finalmente, era visto como próximo ao Comunismo por setores militares e da sociedade civil.

Frente à uma ameaça de intervenção militar, o governador do Rio Grande do Sul e cunhado de João Goulart - Leonel Brizola - mobiliza tropas leais ao governo e a população Gaúcha numa campanha pela legalidade e pelo cumprimento da constituição. Para contornar a situação, importantes atores políticos celebram um grande acordo de conciliação. A saída encontrada foi adotar o regime

parlamentarista e empossar João Goulart com poderes limitados. Tancredo Neves é escolhido como Primeiro-Ministro e procurar formar um ministério de União Nacional.

Como consequência do cenário político instável, o gabinete de Tancredo não realiza nenhuma mudança radical na política econômica. Para o Ministério da Fazenda, o Primeiro-Ministro indica o banqueiro Walther Moreira Salles, que administrava a instituição que viria a se tornar o Unibanco. A principal característica frente ao Ministério da Fazenda foi a manutenção das políticas iniciadas por Jânio Quadros.

2.2 O plano Trienal e a Ruptura de 1964.

Um plebiscito popular termina com o regime parlamentarista. O retorno ao presidencialismo obtêm uma ampla vitória nas urnas. Agora dotado de amplos poderes, João Goulart pode finalmente ter um maior papel no desenvolvimento da política econômica nacional. É nesse contexto que se encaixa o “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômica e Social”.

Antes de abordar as estratégias e objetivos do Plano Trienal, é importante mencionar a “Comissão Econômica para a América Latina e caribe” (CEPAL). A CEPAL é um órgão criado em 1948 com o objetivo de promover maior cooperação econômica entre seus membros e de corte ideológico predominantemente desenvolvimentista e heterodoxo, não monetarista. Para os teóricos da CEPAL, a industrialização era o caminho para superar o subdesenvolvimento e caberia ao Estado promover políticas para fomentar a atividade industrial e o desenvolvimento nacional.

O Plano Trienal teve como idealizador o economista Celso Furtado, escolhido por Goulart para o cargo de “Ministro Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento Econômico”. Furtado ocupara o cargo de Diretor da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL entre os anos de 1947 a 1957. Era um economista de viés desenvolvimentista, teoricamente não alinhado com os interesses dos Estados Unidos e do FMI. A escolha de Jango agrada os setores que lhe forneciam sustentação, como os sindicatos. Além disso, a nomeação de Furtado torna evidente o início do período em que Goulart governa com amplos poderes.

Em Furtado (1997) encontra-se o seguinte trecho que revela a motivação do economista na formulação do Plano Trienal: “(...) contra a ortodoxia dos monetaristas, esposada e imposta pelo FMI, que era possível conduzir a economia com relativa estabilidade sem impor-lhe a purga recessiva.”

Os objetivos do Plano Trienal eram ambiciosos e reformistas: garantir a manutenção das taxas de crescimento de anos anteriores, redução gradual da inflação, início de uma ampla reforma agrária, e a busca de acordos para a renegociação da dívida externa.

No entanto, o Plano Trienal buscava chegar aos difíceis objetivos através de duas frentes de atuação que apresentavam alinhamentos ideológicos opostos. A estratégia de controle da inflação partia de uma compreensão ortodoxa de suas causas: o quadro inflacionário era resultado do desequilíbrio fiscal. Para buscar a estabilização dos preços foi traçada uma estratégia de desinflação gradual e os meios pelos quais esses resultados seriam atingidos combinariam política fiscal contracionista e políticas monetária e creditícias restritivas.

Inicialmente, o governo federal reduz os subsídios às importações, procurando aliviar as contas públicas e a diminuição do consumo doméstico, sobretudo de petróleo e trigo. Diversos outros gastos sofreram cortes ou reajustes. No âmbito das políticas monetárias, igualmente ortodoxas e contracionistas, houve uma redução do crédito para o setor privado, diminuição da emissão de moeda (a expansão dos meios de pagamento sofreu reajustes menores que a inflação) e o chamado “realismo cambial”, ou seja, os reajustes da taxa de câmbio ficaram atrelados ao diferencial esperado da inflação.

Os impactos iniciais dessas políticas de ajuste foram um realinhamento geral de preços: o fim dos subsídios à importação elevou o custo e o preço final ao consumidor.

Porém, o plano trienal não se limitava às políticas contracionistas e recessivas. Diferente da estratégia de controle da inflação, a estratégia de desenvolvimento econômico deixa evidente a influência “Cepalina” de Furtado. Essa estratégia se assenta na tradição heterodoxa brasileira da época, segundo a qual, para alcançar o desenvolvimento econômico e social era preciso aprofundar o

modelo de Industrialização pela substituição de importações. Krugman & Obstfeld (1999) descrevem essa estratégia nos seguintes termos:

“Na maioria dos países em desenvolvimento, a estratégia básica da industrialização tem sido desenvolver industriais orientadas na direção do mercado doméstico, utilizando restrições comerciais como tarifas e cotas que estimulam a substituição de manufaturas importadas por produtos domésticos”.

A reforma agrária era outro ponto crucial para se chegar ao desenvolvimento. Argumentava-se que a distribuição de pequenas propriedades levaria a um crescimento do mercado interno, pois o uso da terra poderia aumentar a renda de seus pequenos proprietários, e esse incremento na remuneração auxiliaria no processo de industrialização nacional. Esses pressupostos eram, conjuntamente, discutíveis do ponto de vista teórico e tinham como agravante o fato de necessitarem de acordos políticos difíceis de se alcançar.

As duas principais estratégias do Plano Trienal - de estabilização e de desenvolvimento - caminhavam em sentido contrário. Esse conflito de resultados esperados de cada uma delas faz com que o Plano seja taxado como ousado, otimista e de difícil implementação.

A persistência de resultados insatisfatórios no curto prazo, como elevação dos preços e a queda na atividade industrial, na renda e no emprego aumentam a necessidade de sucesso das negociações para reescalonar a dívida externa.

No entanto, Goulart e Furtado sofrem mais um revés, e as negociações com os Estados Unidos fracassam. Podem ser apontadas algumas possíveis causas para mais uma iniciativa frustrada do Plano Trienal: (i) A recusa da proposta de negociação coincide com o fim do “realismo cambial”, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) baixa a instituição 193, desvalorizando o câmbio em 31% e mostrando uma falta de comprometimento com os objetivos propostos; (ii) A manutenção da política externa independente iniciada ainda no governo de Jânio Quadros.

A situação política interna agrava-se à medida que aumentam as percepções de que os objetivos não serão alcançados. Os grupos políticos que davam sustentação à Goulart intensificam suas críticas ao governo. Sindicatos e setores de esquerda estavam descontentes com a inflação, a recessão e a “subordinação” aos interesses das nações desenvolvidas.

Diante de mais esse problema, o Presidente Goulart opta por desistir das políticas contracionistas, restitui os subsídios de importação e promove elevados reajustes salariais. Assim encerra-se o Plano Trienal. O cenário político inviabilizou a continuidade do Plano e fez com que Goulart buscasse “refúgio” em antigos aliados, mostrando assim a sua indecisão. A falta de persistência fez com que apenas os custos de todos os ajustes tenham sido vividos. O ano de 1963 termina com total descontrole político e econômico: o Produto Interno bruto cresce 0,6 %¹. A inflação (calculada pelo IGP) atinge 79,9%². Em 31 de Março de 1964, um Golpe Militar depõe o presidente Goulart e instaura um regime que duraria 21 anos. Para concluir, uma citação de Mesquita (2014) pode elucidar parte do que fora exposto: “Diante o pouco apreço demonstrado pelas forças políticas (...) pelos valores democráticos (...) o desfecho melancólico não chega a surpreender. Neste contexto, a incapacidade manifestada pelo Governo Goulart no enfrentamento dos problemas macroeconômicos não pode ser responsabilizada pelo golpe militar, mas certamente contribuiu para minar as resistências políticas do Governo e do regime.” A tabela 2 ilustra alguns dos principais indicadores macroeconômicos do período 1961-1964:

Tabela 2. Indicadores Macroeconômicos 1961-1964:

Ano	Produto Interno Bruto (%)	Inflação (IGP-DI)	Produção Industrial	Produção agrícola
1961	8,6	37	10,6	7,6
1962	6,6	51,6	7,8	5,5
1963	0,6	75,4	0,2	1
1964	3,4	90	5	1,3

Fonte: “apêndice estatístico”, in: “Abreu, M. de P. (Org.) **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**, Rio de Janeiro: Campus, 2014.”

¹“apêndice estatístico”, in: Barros de Castro, Lavínia; Giambiagi, Fabio; Hermann, Jennifer; Villela, André. **Economia Brasileira contemporânea [1945 – 2010]**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

² “apêndice estatístico”, in: Barros de Castro, Lavínia; Giambiagi, Fabio; Hermann, Jennifer; Villela, André. **Economia Brasileira contemporânea [1945 – 2010]**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

3 Diagnóstico e Objetivos do PAEG

3.1 Interpretando a Conjuntura

Após a consolidação do Regime Militar de 1964, era clara a necessidade de fazer com que o ambiente econômico voltasse a transparecer relativa estabilidade. Nesse sentido era preciso ter um diagnóstico preciso que apontasse uma direção ação. O Presidente Castello Branco – o primeiro chefe de governo do Regime Militar - nomeia o economista Roberto Campos para Ministro do Planejamento.

Em uma de suas primeiras ações, Campos, apresenta ao Presidente o documento “A Crise Brasileira e Diretrizes de Recuperação Econômica”. Nesse documento, surgem duas linhas de atuação para a superação da crise. Primeiro um plano focado no combate da inflação, que viria a ser o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e o lançamento de Reformas Estruturais (fiscal e financeira).

Campos atribui as causas da inflação aos constantes déficits do Governo e a permanente pressão salarial. Esse diagnóstico norteou as principais políticas econômicas referentes ao Plano de controle dos preços. Logo, Campos propôs um programa de elevação da arrecadação, baseado na centralização dos impostos. Além disso, o Ministro propõe um corte inicial brusco nas despesas da União.

Para o controle dos preços, era fundamental, segundo o diagnóstico, evitar o pagamento da dívida pública com a emissão de moeda, mecanismo conhecido como “senhoriagem”. Por mais que isso pudesse, no curto prazo, ter um efeito negativo sobre a dívida pública, a intenção era a estabilização dos preços. Nesse sentido, o Ministro Campos estabeleceu como meta taxas negativas de variação dos meios de pagamento.

Complementando as políticas monetárias, o crédito disponível ao setor privado estaria atrelado às variações dos meios de pagamentos. Com menos crédito disponível haveria uma menor circulação de meios de pagamento, a taxa de juros

subiria e teria como consequência uma redução na alta dos preços. A demanda, como resultado, desaqueceria.

Por fim, a política salarial dos anos anteriores (Goulart, antes de ser deposto elevou salários do funcionalismo público em geral para se reaproximar de suas bases de apoio), era um ponto central para o quadro de descontrole inflacionário. Nesse sentido, era preciso criar um mecanismo que corrigisse os salários de maneira a reduzir seu impacto inflacionário. A solução encontrada foi atrelar os salários à produtividade do trabalho, tendo como base o biênio anterior.

O caráter autoritário do regime permitiu com que a política salarial pudesse ser implementada sem maiores resistências. Roberto Campos (colocar fonte) chama a atenção para esse fato ao afirmar que “(...)interessante estudar a correlação entre democracia e desenvolvimento, ou entre autoritarismo e reforma econômica (...).”. Os dados da tabela abaixo ilustram de forma resumida as metas estabelecidas pelo PAEG, a partir desse diagnóstico:

TABELA 3. Metas do PAEG:

	1964	1965	1966
Receitas da União (%)	15	58	-
Despesas da União (%)	-27	42	-
Déficit da União (%)	-62	3	-
M1 e crédito Privado (%)	70	30	15
Inflação (%)	70	25	10

Fonte: “apêndice estatístico”, in: Barros de Castro, Lavínia; Giambiagi, Fabio; Hermann, Jennifer; Villela, André. *Economia Brasileira contemporânea [1945 – 2010]*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

3.2 A necessidade de retomar o crescimento

Como exposto na Tabela 2, a atuação do PAEG sobre a inflação se daria de maneira gradual. Ao final de três anos, ainda seria aceitável (era a meta) uma inflação de 10% ao ano. Não obstante, o ajuste fiscal de gastos do governo teria valor negativo apenas no ano de 1964. A austeridade fiscal seria breve nesse sentido.

A justificativa se assenta na combinação de necessidade política e possibilidades econômicas. Era indesejável um corte abrupto de renda ou uma recessão violenta. O regime de exceção que se instalou a partir de 1964 tinha como pressuposto a total instabilidade econômica anterior ao PAEG. O plano de ajuste, por sua vez, precisava de apoio externo. O apoio, no entanto, seria mais difícil se a economia apresentasse quadro recessivo contínuo.

A citação de Resende (1982) corrobora com o exposto acima: “ (...) No PAEG, o combate à inflação estava sempre qualificado no sentido de não ameaçar o ritmo da atividade produtiva (...)”. (RESENDE, André L. in: Barros, L, C; Giambiagi, F; Hermann, J; Villela, A. “**Economia Brasileira contemporânea [1945 – 2010]**”, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.). Qualquer possibilidade, portanto, de conflitos sociais ou insatisfações – internas ou externas eram ameaças críveis ao regime que ia se consolidando.

Para concluir, cumpre destacar o caráter político do plano econômico. Era preciso uma mudança estabilizadora que não resultasse em recessão. Uma análise dos objetivos do PAEG reforça a lógica política das decisões econômicas e compreende-la é fundamental para uma leitura conclusiva das reformas empreendidas.

4 As reformas Estruturais

4.1 Reforma Tributária

Ao longo da década de 1950, os diferentes Governos se empenharam em um esforço de desenvolvimento nacional. Nesse sentido em 1952 é criado o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) com o intuito de prover o desenvolvimento e fomentar a industrialização. Indo de encontro e somando esforços com o BNDE, ocorre a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, dando um caráter regional às iniciativas de desenvolvimento do governo federal.

O resultado de todo esse ímpeto desenvolvimentista foi a elevação expressiva dos gastos públicos. Segundo o Tesouro Nacional³ as despesas que representavam 8% do PIB em meados da década de 1940 atingiram 11% do PIB em 1957 e 13% do PIB em 1962. Essa aumento dos gastos não foi acompanhado por elevação da carga tributária. Portanto, a década de 1960 se inicia com um déficit público. Além disso, não existiam mecanismos capazes de reverter essa situação e o sistema tributário era altamente desorganizado e obsoleto. A emissão de meio circulante era a ferramenta econômica usada para o pagamento da dívida. Essa escolha dos agentes públicos teve um efeito negativo nas taxas de inflação no período observado, principalmente no biênio 1962/63.

A necessidade de uma transformação no sistema tributário fica evidente para que o novo governo do Presidente Castelo Branco logre sucesso na tentativa de estabilização econômica: “o saneamento das finanças públicas, conquanto não seja condição suficiente, constitui requisito indispensável para o êxito de qualquer programa de estabilização monetária” (PAEG, 1964, p.29).

A reforma tributária é pensada para racionalizar o sistema tributário e prover recursos para as outras mudanças pensadas no PAEG. É importante ressaltar que a necessidade de uma reforma no aparelho arrecadador era percebida por muitos economistas e governantes desde meados dos anos 1950. No entanto o caráter autoritário do regime militar impulsionou e possibilitou a implementação de reformas.

Dentre algumas das principais medidas cumpre destacar o fim dos impostos acumulativos, que incidem sobre todas as etapas de produção inclusive sobre impostos previamente aplicados no processo produtivo, o chamado “efeito cascata”. O imposto cumulativo foi substituído pelo imposto de valor adicionado, ICM (Imposto sobre circulação de Mercadorias).

Do ponto de vista distributivo, a reforma se caracteriza por um caráter regressivo, beneficiando as classes mais ricas em função de surgimento de impostos indiretos sobre o consumo. Embora o valor monetário pago por determinado produto seja o mesmo, esse valor ocupa uma parcela maior da renda dos indivíduos pertencentes às classes mais baixas.

³ In Mesquita, M., “Inflação, Estagnação e Ruptura, 1961-1964”, in: Abreu, M. de P. (Org.) **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**, Rio de Janeiro: Campus, 2014.

A reforma tributária ampliou o alcance do imposto de renda e aumentou o controle do seu cumprimento. Dessa forma havia a garantia de uma arrecadação mais equânime e homogênea. Até meados da década de 1960 não havia mecanismos de controle sobre a arrecadação. Fica nítido que apenas aplicar o que já existia antes da reforma tributária, sem criar nenhum imposto, já garantiria um resultado fiscal mais satisfatório.

O caráter centralizador é fundamental para compreender a reforma tributária. Os Estados e Municípios perderam autonomia para utilização dos recursos coletados, e seu uso deveria, necessariamente, estar associado a qualquer objetivo determinado pela União. A carga tributária nacional sofreu significativa elevação: de 16% do PIB (1963) para 21% (1967), segundo o IBGE⁴. E a centralização garantiu a expansão da arrecadação da União, uma clara preparação para a promoção das políticas de crescimento econômico e investimento empreendido posteriormente.

A Lei nº 4.357 de julho de 1964 iniciou uma política de estímulos aos investimentos considerados estratégicos para o Governo. Essa política contribuiria para uma diminuição da carga tributária sobre as famílias, além de fornecer um estímulo adicional aos objetivos do poder executivo.

A política de incentivos fiscais pode ser compreendida como mais uma ferramenta da reestruturação do sistema tributário cujo objetivo era o crescimento num período posterior. O Governo viu a necessidade de investir na formação bruta de capital físico e enxergou na iniciativa privada um potencial aliado. Como referencial teórico é interessante citar o modelo de crescimento econômico proposto por Solow, onde a acumulação de capital (capital físico, máquinas e equipamentos) é descrita da seguinte forma:⁵

$$\dot{K} = sY(t) - \delta K(t)$$

Onde K é a variação do estoque de capital ao longo do tempo, “s” é um parâmetro fixo que indica a taxa de poupança dos agentes da economia e “Y” é a

⁴ Fundação IBGE – Anuário Estatístico Resende. 1980.

⁵ In Jones, C. “Introdução à Teoria do Crescimento Econômico”, Rio de Janeiro, Campus.

renda disponível. O termo $sY(t)$ é o montante de investimento bruto (o modelo considera poupança igual ao investimento). Finalmente, o último termo ilustra a depreciação do estoque de capital da economia.

Usando o modelo como referência e analisando a política de incentivos fiscais empreendidas pelo governo militar, espera-se que com o aumento da renda disponível, uma diminuição dos impostos e a manutenção da poupança e a depreciação em termos constantes (o que parece razoável), o empresariado aumentaria seu estoque de capital físico ao longo do tempo.

Conclui-se, portanto, que o êxito da reforma tributária, sobretudo em proporcionar um crescimento econômico no período histórico seguinte está associado a racionalização do sistema, a centralização dos tributos e a decisão política de beneficiar setores empresariais. Dificilmente seria possível aprovar, através de um congresso, uma reforma que diminuísse tanto o poder dos Estados e municípios e penalizasse a população de mais baixa renda, dado seu caráter regressivo.

4.2 Reforma Financeira

Para alcançar os objetivos propostos pelo PAEG ficou claro que era preciso modernizar não apenas o sistema tributário, mas também o sistema financeiro Nacional. Campos e Bulhões, ministros do planejamento e da fazenda respectivamente, compreenderam, sobretudo a partir da análise do Plano de metas da década de 1950, que era preciso repensar as formas de financiamento da economia brasileira.

O Plano de metas do período JK procurou o desenvolvimento industrial e a integração nacional. No entanto o Governo financiou sua execução basicamente com a impressão de papel moeda e auxílio do capital externo. Não existiam, no Brasil, mecanismos de financiamento de longo prazo de projetos de desenvolvimento, e a expansão dos meios de pagamento era compreendida como um dos fatores do descontrole inflacionário e a conseqüente desordem macroeconômica que o PAEG se propunha combater.

Reformar o sistema financeiro para criar mecanismos privados de financiamento de longo prazo era fundamental para a estabilização econômica. Além disso, era preciso dar sustentação ao desenvolvimento industrial em curso no Brasil de uma maneira menos inflacionária. A reforma financeira, assim como a reforma tributária, deixou claro que o governo entendia a iniciativa privada como parceira fundamental no desenvolvimento e funcionamento da economia nacional.

Como ações concretas da reforma, podemos elencar as instituições criadas e fazer uma comparação com a composição do sistema financeiro brasileiro pré 1964. Primeiramente, cumpre destacar o Conselho Monetário Nacional (CMN), que substitui a antiga Superintendência da moeda e do crédito (SUMOC), com a função de regulamentar e implementar as normas de todo o sistema financeiro. O Conselho é composto pelos Ministros da fazenda e do planejamento e pelo presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), instituição também criada em 1964.

O Banco Central do Brasil (BACEN) criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (Lei de Reforma Bancária) tem como principal função a execução de toda política monetária e financeira do Governo. Suas atividades até então eram exercidas tanto pela SUMOC quanto pelo Banco do Brasil. Com a reforma o Banco do Brasil (BB), um banco comercial, passa a ser o agente financeiro do Governo para linhas de médio e/ou longo prazo, sobretudo para a atividade agrícola e atividades exportadoras. A SUMOC, com a criação do BACEN, é extinta.

O Conselho Monetário Nacional passa a exercer papel de regulador do sistema financeiro e com isso o país observa a emergência de novos bancos de investimento. Suas funções são basicamente duas: i) prover crédito privado para projetos de longo prazo da economia Brasileira como uma maneira de diversificar as fontes de financiamento de financiamento e aliviar o déficit público e ii) atuar no mercado de ações (mercado primário) com operações de subscrição que tem como objetivo aumentar o capital de companhias e ligar investidores (acionistas) à empresas.

Em 1964, é criado o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), tendo como órgão mais importante o Banco Nacional de Habitação (BNH). O SFH conta ainda com a Caixa Econômica Federal e os bancos estaduais. A atuação central do SFH é facilitar a aquisição de imóveis próprios através de financiamentos e promover a

diversificação de localidades. O SFH contribuiu com a mudança do perfil urbanístico das principais cidades do país e com o crescimento urbano.

Uma importante medida nesse contexto de reformas foi à criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O FGTS alterou o funcionamento do mercado de trabalho pós 1964. Até a data em análise, o trabalhador, após dez anos de prestação de serviços no mesmo local ganhava a estabilidade. O FGTS é uma poupança compulsória equivalente à 8% do salário nominal do empregado, podendo ser sacado em caso de demissões ou em alguns casos com a aquisição de imóvel próprio.

Segundo os idealizadores do FGTS, a flexibilização do mercado de trabalho garantiria maiores contratações e diminuiria o desemprego, uma vez que os patrões incorreriam em menores riscos por ter a liberdade de demitir o funcionário a qualquer momento. Além de afetar o mercado de trabalho e o mercado imobiliário, por ser mais um instrumento de financiamento, o FGTS supre outra demanda macroeconômica, considerada importante para a equipe econômica: a poupança agregada. Para Bulhões e Campos a elevação das taxas internas de poupança era fundamental para que o investimento pudesse se expandir.

Outra ação prática no contexto de reformas foi a criação da “Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional” (ORTN). A ORTN era um título público federal que começou a ser emitido em 1964 que pagava a remuneração corrigida sobre futuras aplicações. A ORTN foi criada para mitigar os efeitos corrosivos da inflação, uma vez que era um indicador que suavizava o efeito inflacionário e a sensação de perda de poder de consumo, portanto, era menor. Não obstante, no longo prazo, as ORTNs tiveram um papel maléfico no combate à inflação, pois acabaram por criar uma inércia inflacionaria.

As medidas expostas ocasionaram uma mudança radical no perfil da dívida pública. A Tabela 3 ilustra não só a diminuição dos déficits mas também a alteração de seu financiamento. A partir de 1966, passamos a ter o financiamento completo da dívida por empréstimos junto ao público, um meio não inflacionário de financiamento.

TABELA 4. Déficit Público de 1960 - 1966:

Ano	Déficit % PIB	Autoridades	
		Monetárias	Público
1960	2,8	91	9
1961	3,4	99	1
1962	4,3	88	12
1963	4,2	84	16
1964	3,2	101	-1
1965	1,6	45	55
1966	1,1	-3	103

Fonte: Conjuntura Econômica apud Tabela 9, Resende 1980. p.33.

Por fim, é importante comentar a reforma salarial do PAEG. O esforço de desinflacionar a economia e flexibilizar/modernizar o mercado de trabalho, já citados ao longo desse tópico, ficam evidentes, simultaneamente, na política salarial. A tabela 4 ilustra a redução do valor real do salário mínimo, que começa a ser notada a partir dos dados de 1966.

TABELA 5. Salário Mínimo Real da Cidade do Rio de Janeiro:

Mês	Ano	Índice
Janeiro	1952	100
Julho	1954	127
Agosto	1956	135
Janeiro	1959	146
Outubro	1960	136
Outubro	1961	139
Janeiro	1963	122
Fevereiro	1964	126
Março	1965	103
Março	1966	91
Março	1967	83
Março	1968	84
Maio	1969	79
Maio	1970	78

* Janeiro de 1952 é tomado como Base

Fonte: Fundação IBGE – Anuário Estatístico apud Tabela 7 Resende. 1980. p.29

5 Resultados do PAEG

5.1 Crescimento de 1968 – 1973

Entre os anos de 1968 e 1973, a economia brasileira cresceu a uma média de 11% ao ano. Esse crescimento elevado fez com que o período ficasse conhecido como o “Milagre Econômico”. O PAEG e as sucessivas reformas do período 1964-1967 criaram a base sobre a qual o milagre ocorreu e o investimento, pudesse chegar a mais de 20% do PIB em 1973.

Em 1967, o General Costa e Silva assume o posto de presidente da República. Para a pasta da Fazenda é nomeado o Professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP) Antonio Delfim Netto. De maneira ampla, pode-se dizer que Delfim manteve a estratégia de controle gradual da inflação iniciada após 1964. A partir de 1967, porém, o controle gradual deveria ser conciliado com políticas de incentivo ao crescimento econômico e políticas expansionistas.

Uma mudança importante foi na condução da política monetária. A partir de 1967 a política passa a ser expansiva. As políticas salarial e fiscal, por outro lado, continuaram bem próximas às mudanças iniciadas pelo PAEG. Como o expansionismo monetário poderia acabar gerando maior inflação, o Governo criou a “Comissão Nacional de Estabilização de Preços” (CONEP), órgão responsável pelo tabelamento de preços, tanto público (taxa de câmbio, tarifas de transporte público) quanto privados (diversos bens intermediários industriais).

Em 1968 é lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que possuía como principais objetivos: i) a manutenção do controle gradual dos preços ; ii) o incentivo às empresas privadas e a expansão de seus investimentos ; iii) Ter Setor Público como gestor responsável pela infraestrutura nacional (integração nacional) ; iv) Expansão do mercado consumidor interno. O PED não explicita nenhum objetivo concreto em relação à inflação esperada (uma meta implícita). Isso possibilitou que o governo tivesse mais liberdade quanto as ações pró-desenvolvimento.

Delfim, a partir de 1968, inicia uma política de desvalorizações cambiais visando à estabilidade da balança comercial e da atividade econômica. É importante notar que uma taxa de câmbio mais desvalorizada implica numa maior competitividade dos produtos nacionais no exterior, uma vez que a relação entre os custos de produção (em moeda nacional) e os preços praticados no mercado internacional (em moeda estrangeira) diminui. No entanto, uma taxa de câmbio desvalorizada pode pressionar a inflação. A dependência de insumos externos para a produção de bens finais faz com que os maiores custos associados a obtenção desses insumos intermediários se reflita nos preços finais.

Nesse sentido, boa parte da literatura econômica brasileira considera a taxa de câmbio como a “escolha de Sofia”. Uma vez que historicamente o Brasil possui

problemas tanto com altas taxas de inflação quanto com balanço de pagamentos. E, justamente, a taxa de câmbio é uma variável cujo efeito pode ajudar a sanar um dos problemas e agravar o outro. Em 1968, porém, Delfim optou pelas desvalorizações em prol do equilíbrio do balanço de pagamentos e usou outros artifícios para contornar as pressões inflacionárias, como o CONEP.

Em termos de Política Fiscal, a intenção do Ministro Delfim era manter o ajuste fiscal iniciado pós-1964. No entanto, entre as diretrizes do PED era ter o Setor Público como responsável pela infraestrutura. Dessa forma a equipe econômica direcionou as empresas Estatais para esse fim, possibilitando a redução do papel do Tesouro Nacional. É importante salientar, que no período analisado, o resultado das estatais não constava no resultado do déficit primário, por isso foi possível continuar a tendência de reduzi-lo em paralelo ao apoio estatal à infraestrutura.

O ano de 1968 termina com um crescimento do PIB de 9,8%, e em grande medida podemos atribuir esse resultado à nova política monetária aliada aos efeitos da reforma financeira que acabaram criando múltiplas fontes de financiamento. O crédito ao setor privado sofreu notória expansão graças a novos órgãos criados no período 1964-1967.

Em termos políticos, o ano de 1969 é marcado pela posse do General Emílio Garrastazu Médici. Médici representou o endurecimento do regime e foi o Presidente durante os “anos de chumbo”. A oposição fora silenciada e a imprensa, em grande parte, censurada. O endurecimento político e controle social corroboraram com a política anti-inflacionária pautada no controle de preços e política salarial.

Alguns pilares importantes garantiram alguma estabilidade de preços no período do milagre, e isso tem relação com as reformas internas ocorridas no período anterior. Merecem destaque:

- I) O ajuste entre 1964-67 levou a um desaquecimento da economia, com isso havia capacidade ociosa. Dessa forma a expansão da atividade se refletiu menos nos preços.
- II) O Governo passou a ter maior controle dos preços industriais e o financiamento de parte do desenvolvimento passou a ser não inflacionário, com as mudanças no Sistema Financeiro Nacional.
- III) A política salarial resultou em quedas dos salários reais.

- IV) A Política de desenvolvimento do setor agrícola se assentou em mudanças tributárias do período anterior ao milagre: para evitar possíveis desabastecimentos (que levaria ao aumento de preços) o governo passa a conceder incentivos fiscais para elevar a produção rural.

É importante ressaltar que além do cenário interno ter sido favorecido pelas mudanças já mencionadas. O período do milagre se valeu de um ambiente externo favorável até 1973, quando ocorre o primeiro choque do preço do barril de petróleo. A tabela 6 apresenta alguns resultados expostos nesse tópico.

TABELA 6. Indicadores do crescimento entre 1968 e 1973:

Ano	Produto		
	Interno Bruto (%)	Produto Industrial (%)	Formação Bruta de capital (% PIB)
1968	9,8	14,2	18,7
1969	9,5	11,2	19,1
1970	10,4	11,9	18,8
1971	11,3	11,8	19,9
1972	11,9	14,2	20,3
1973	14	17	20,4
Média do período	11,2	13,4	19,5

Fonte: “apêndice estatístico”, in: “Abreu, M. de P. (Org.) *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*, Rio de Janeiro: Campus, 2014.”

5.2 BNH e crescimento urbano

Uma política de âmbito nacional de desenvolvimento urbano começou a ser pensada em paralelo as reformas institucionais do PAEG, a partir de 1964. Os recursos do FGTS financiariam tanto habitação quanto o saneamento básico. Caberia ao Governo Federal, através de uma Instituição criada com a reforma

financeira, o Banco Nacional de Habitação (BNH) a gestão e redistribuição desses recursos.

O modelo de financiamento acabou excluindo grande parte da sociedade brasileira cuja baixa renda não permitia o acesso aos programas de incentivo. Pode-se dizer que o modelo se estruturou para atender regiões de alta concentração urbana, grandes cidades, que passariam a ficar ainda maiores e com uma infraestrutura muitas vezes aquém da demanda necessária.

No entanto, mesmo não se beneficiando dos financiamentos disponíveis, grande parte da população rural migrou para grandes centros em função do acelerado desenvolvimento econômico do final dos anos 1960 e meados de 1970. Segundo o IBGE: “Nos anos 60, o Brasil ainda era um país agrícola, com uma taxa de urbanização de apenas 44,7%. Em 1980, 67,6% do total da população já vivia em cidades.”

A grande transição para as cidades ocorreu no período estudado nesse trabalho. E isso pode ser compreendido como a soma de dois efeitos de um mesmo processo: O crescimento econômico e a possibilidade de financiamento residencial.

Indiretamente, porém, as reformas do período acabaram gerando um crescimento não planejado e não acompanhado no crescimento simultâneo de infraestrutura local. Pode-se dizer que uma grande oportunidade fora perdida para fazer com que as cidades ganhassem uma distribuição mais equânime de seus serviços e populacional. E não se formassem grandes conglomerados com alta discrepância de renda distribuída geograficamente.

Raquel Rolnik e Jeroen Klink (2011), em seu trabalho definem dessa maneira a urbanização do período: “Nas cidades, o resultado foi uma urbanização sem infraestrutura básica, ora pela omissão do poder local da tarefa de fiscalizar o mercado formal, que frequentemente deixa os loteamentos sem infraestrutura, ora por sua incapacidade de ofertar moradia e loteamentos adequados aos grupos de menor renda, impulsionando um mercado privado paralelo de baixíssima qualidade urbanística e habitacional.” (Rolnik, R., Klink, J “**Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?**”. CEBRAP, 2011).

5.3 ORTN e a “Inércia Inflacionária”

A criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) tem o intuito de diminuir as distorções nos sistemas de preços da economia brasileira em meados dos anos 1960. É importante ter em mente, contudo, que o governo Castello Branco, por uma série de razões já expostas nesse trabalho, optou pelo combate gradual da inflação ao invés de um choque mais duro.

Para, Campos e Bulhões, principais tomadores de decisões econômicas do governo entre 1964-1967, os ORTN iriam permitir um combate gradual e de longo prazo da inflação. No entanto esse mecanismo indexador acabou permitindo o convívio com alta inflação e não combatendo a desordem dos preços.

Inicialmente o Governo opta pela indexação apenas em alguns impostos e tarifas de uma série de serviços públicos. O objetivo era não permitir que a indexação “contagiasse” três áreas específicas: salários, taxas de câmbio e depósitos à vista. A lei salarial vigente a partir do PAEG combate o resíduo inflacionário ao impedir a indexação dos salários.

Para Mario Henrique Simonsen “A verdade, porém é que a indexação introduziu no Brasil duas moedas: o fraco cruzeiro e a forte ORTN.”⁶. Ficou inevitável que, em algum momento, todos demandariam a moeda mais forte - ORTN. Assim, a partir de 1967, durante o exercício do mandato do General Costa e Silva, a indexação chegou aos salários e à taxa de câmbio.

Como já visto, a partir da gestão de Delfim Netto na pasta da Fazenda, a política monetária passa a ser expansionista e não mais contracionista como era no período das reformas. Agora o controle inflacionário, por conseguinte, seria principalmente através de órgãos responsáveis pelo controle dos preços, o que acabou aumentando a tendência indexadora da economia.

⁶ In Simonsen, M. H. “30 Anos de Indexação”. Rio de Janeiro: FGV. 1996

Da mesma forma, a política salarial do período 1964-67 sofre uma pequena alteração, era taxada como muito dura e fora flexibilizada, e passa a considerar mecanismos de resíduos inflacionários. A elevação ainda que pequena dos salários reais era mais um indício do fim do período de ajuste e início do período desenvolvimentista. O milagre visava expandir o mercado interno, e flexibilizar a lei salarial ia de encontro com esse interesse.

A política cambial, sob a tutela de Delfim, passa a sofrer minidesvalorizações para ganho de competitividade. Após essa decisão ficou nítido que gradualmente o cambio seria ajustado “competitivamente” levando em conta a diferença entre a inflação brasileira e a americana. Lembrando que, em geral, economias com altas taxas de inflação possuem moedas mais fracas, considerar a diferença entre as taxas de inflação, em certo sentido, mantém alguma paridade. Agora o efeito passaria a se realimentar: desvalorizações cambiais pressionam os preços, que por sua vez, mesmo indexados, fazem com o cambio precise ser novamente desvalorizado, dessa forma acabou por gerar uma inflação e conseqüentemente uma indexação cada vez maiores. Explosivas.

Com os salários e cambio indexados, os futuros desequilíbrios macroeconômicos, sobretudo após o período de 1967-1973, agravaram problemas que durante alguns anos ficaram ofuscados pelo ímpeto de se desenvolver à qualquer custo. A inflação principalmente após o colapso dos preços do petróleo, e a indexação, marcaram a economia Brasileira ao longo dos anos 1970 e 1980 e contribuíram para que a década de 1980 leve, até hoje, a alcunha de década perdida. A tabela 7 ilustra o crescimento da inflação pós 1973.

TABELA 7. Trajetória da Inflação 1974 – 1982:

Ano	Inflação IGP [dez/dez. (%)]
1974	34,5
1975	29,4
1976	46,3
1977	38,8
1978	40,8
1979	77,2
1980	110,2
1981	95,2
1982	99,7

Fonte: “apêndice estatístico”, in: Barros de Castro, Lavínia; Giambiagi, Fabio; Hermann, Jennifer; Villela, André. **Economia Brasileira contemporânea [1945 – 2010]**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

6 Conclusão

O PAEG é importante ser compreendido à luz das circunstâncias do período. Isolar as motivações políticas das decisões tomadas pelos formuladores de políticas econômicas é uma tarefa muito difícil, nesse sentido, compreender o contexto político social é uma tarefa indispensável ao se analisar planos de ajuste econômicos.

O ímpeto desenvolvimentista exposto, tanto nos anos 1950, quanto no período após o PAEG deixou elevados custos a serem pagos por toda a coletividade. O PAEG pode ser compreendido justamente nesse sentido. Como parte dos custos resultantes do expansionismo monetário e fiscal irresponsáveis dos anos 1950/60 que forçaram um ajuste e, ao mesmo tempo, como base para que outro surto expansionista fosse dado no período histórico posterior – o dito “Milagre Econômico”. A responsabilidade Macroeconômica no sentido do equilíbrio orçamentário e de preços ainda não estava nos planos dos formuladores de políticas econômicas do período em análise.

O Plano em si logrou sucesso no que se propôs a fazer: criar uma base minimamente sólida sobre a qual o governo pudesse fazer a economia crescer, para justificar a ruptura da ordem democrática vigente pré 1964. Uma vez que a

desordem econômica, como citado, fora um dos principais argumentos por parte dos militares para se instalarem no poder.

Todas as reformas expostas tinham como pano de fundo evitar qualquer recessão e durarem apenas o suficiente para que o período expansionista chegasse o quanto antes. O controle social por parte do Governo facilitou esse objetivo uma vez que não existiam muitas barreiras institucionais para a aplicação de qualquer política desejada como a salarial ou a tributária, por exemplo.

Por fim o PAEG promoveu uma ampla modernização do sistema financeiro, racionalização dos impostos e possibilitou que o “milagre” acontecesse. No entanto, pode-se dizer que foi desperdiçada uma possibilidade de reestruturar a economia de uma maneira mais ampla, com uma visão de mais longo prazo e não imediatista visando o sucesso no período histórico seguinte.

Bibliografia

Abreu, M. de P. (Org.) **“A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil”**, Rio de Janeiro: Campus, 2014.

Barros, L, C; Giambiagi, F; Hermann, J; Villela, A. **“Economia Brasileira contemporânea [1945 – 2010]”**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Campos, Roberto de O. **“A Lanterna na Popa: Memórias.”** 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

FURTADO, C. **“Obra autobiográfica”**, 3 vol.. SP, Paz e Terra, 1997.

Jones, C. **“Introdução à Teoria do Crescimento Econômico”**, Rio de Janeiro, Campus.

Krugman, P. R., Obstfeld, M **“Economia Internacional: Teoria e Prática”**: Makron Books, 1999.

Mesquita, M., **“Inflação, Estagnação e Ruptura, 1961-1964”**, in: Abreu, M. de P. (Org.) **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**, Rio de Janeiro: Campus, 2014.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966**. Documentos EPEA – N°1. 1964.

RESENDE, A.L. A **“Política Brasileira de Estabilização: 1963/1968.”** Instituto de Relações Internacionais IRI – PUC Rio. Versão preliminar. 1980

Rolnik, R., Klink, J **“Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?”**. CEBRAP, 2011.

Simonsen, M. H. **“30 Anos de Indexação”**. Rio de Janeiro: FGV. 1996

Simonsen, M. H. **“Gradualismo x Tratamento de choque”**. Rio de Janeiro: APEC, 1971.

Villela, A., **“Dos “anos dourados” de JK à crise não resolvida”**, in: Barros de Castro, Lavínia; Giambiagi, Fabio; Hermann, Jennifer; Villela, André. **Economia Brasileira contemporânea [1945 – 2010]**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.